

HABITAÇÃO, TRANSPORTES,
AMBIENTE E APOIOS SOCIAIS

GUIMARÃES PARA AS PESSOAS

PROGRAMA ELEITORAL ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS 2021



**LUÍS
LISBOA**

CANDIDATO
À CÂMARA MUNICIPAL

**SÓNIA
RIBEIRO**

CANDIDATA
À ASSEMBLEIA MUNICIPAL



VOTA BLOCO.



O programa da candidatura do Bloco de Esquerda, "Guimarães para as pessoas", à Câmara e Assembleia Municipal, assenta no compromisso com as suas gentes e na resposta às contrariedades e aos problemas que o poder local, ao invés de solucionar, tem vindo a perpetuar e a agravar. Para complicar ainda mais a nossa realidade concelhia, este momento histórico que atravessamos veio deixar a nu e acentuar as desigualdades de um sistema que não só não confere dignidade nem equidade à cidadania, como ainda aumenta a crise climática devorando e destruindo os recursos e a beleza natural da nossa terra.

Perante este contexto, mais do que nunca, precisamos de nos focar na população, a empatia e a solidariedade são as chaves da recuperação, do futuro e da esperança. E é por esta porta que precisamos de passar. Até porque, a forma como vamos ultrapassar este momento, é a forma que nos vai definir enquanto comunidade e que servirá de base à sociedade que iremos construir para o futuro. Por isso, exigimos caminhar para uma sociedade mais fraterna, justa, solidária e inclusiva. E não abrimos mão destes princípios.

Portanto, a nossa candidatura apresenta um Programa estruturado no entendimento que é na sociedade vimaranense, nos seus cidadãos e cidadãs, que deve estar o foco das políticas públicas concelhias, garantindo melhores condições habitacionais, uma rede gratuita de transportes públicos e um concelho pioneiro em Portugal no âmbito da justiça climática, reconversão energética e neutralidade carbónica, além de muitos outros tópicos apresentados com o objetivo de tornar Guimarães um sítio melhor para se estudar, viver e trabalhar com bem-estar, fruição e harmonia.

Queremos que a comunidade vimaranense seja uma voz ativa na promoção de um concelho solidário e inclusivo, promovendo uma participação ativa e responsável na vida



coletiva e política e uma cultura de auscultação dos munícipes, a nível individual ou através de entidades representativas no processo decisório. Só assim podemos lançar as bases para uma gestão autárquica centrada nas necessidades da população..

Em suma, devolver Guimarães às pessoas depende de todas e todos, por isso, aqui assumimos a nossa parte, assim como o compromisso de que a vossa voz será ouvida e de que lutaremos para que os vossos problemas sejam resolvidos e não prolongados"ad aeternum" pela ganância liberal.

Esta é a promessa eleitoral que fazem os candidatos/as do Bloco de Esquerda e esta será a sua postura em caso de eleição para a Câmara e Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia.

Este é o nosso compromisso e com a vossa ajuda vamos devolver Guimarães às pessoas!

Viva Guimarães.

ÍNDICE

HABITAÇÃO

MOBILIDADE, TRANSPORTES E URBANISMO

AMBIENTE E NEUTRALIDADE CLIMÁTICA

POLÍTICA DE COMBATE AO BULLYING E DISCRIMINAÇÃO

ECONOMIA, AÇÃO SOCIAL E EMPREGO

SAÚDE

ARTE E CULTURA

EDUCAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E COESÃO TERRITORIAL

BEM-ESTAR ANIMAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



I. HABITAÇÃO

A especulação imobiliária, que provoca o aumento das rendas, a gentrificação e a deslocalização da população do centro urbano para as periferias ou para fora do Concelho é um dos mais urgentes flagelos a combater em Guimarães, num dos países da União Europeia com menor percentagem de Habitação pública da Europa.

O executivo camarário do PS não teve qualquer intervenção nesta questão, deixando o problema da Habitação expandir-se e degradar-se no nosso concelho. Dos 26 milhões de euros que a Câmara planeou investir na Estratégia Local de Habitação até 2024, pouco ou nada foi direcionado até agora para a efetiva resolução deste problema, revelando a inação do Partido Socialista e a forma como não colocam a questão da Habitação no centro das preocupações da gestão autárquica.

Para o Bloco de Esquerda, é fundamental que a Habitação seja uma prioridade em Guimarães – é urgente garantir fixação de população no concelho em condições habitacionais acessíveis, desonerar um custo que muitas vezes é brutal no orçamento familiar de muitos agregados, travar o afunilar de opções habitacionais no centro urbano, garantindo que o espaço habitacional pertence às pessoas e não ao negócio da especulação imobiliária.

Para isso, trazemos para esta campanha uma série de propostas concretas que os nossos eleitos na Câmara e Assembleia Municipal colocarão em discussão e aplicarão caso esteja reunida a vontade política das restantes forças partidárias:

- Criação de um Parque Público Municipal de Habitação e promoção de Habitação a Custos Controlados, através de reabilitação e construção pública;
- Criação de um programa de construção e de incentivos fiscais e financeiros à criação de Cooperativas de Habitação de Propriedade Coletiva, pioneiro a nível nacional;
- Garantia de um maior acompanhamento, para uma intervenção mais célere e profunda na Habitação Social já existente, nomeadamente no Bairro da Emboladoura;



- Agravamento do Imposto Municipal de Imóveis sobre as Habitações desocupadas e sem função social, prevalecendo o interesse do coletivo vimaranense sobre os interesses individuais de fundos e especuladores imobiliários;
- Travar o licenciamento de unidades de Alojamento Local no centro urbano do concelho;
- Incentivos fiscais de promoção do Alojamento Permanente.

II. MOBILIDADE, TRANSPORTES E URBANISMO

A questão da mobilidade é hoje central na forma como olhamos para o concelho. Uma visão que pense a política autárquica como forma de promoção do bem-estar de toda a população, necessita de considerar este tema como eixo fundamental para o alcance deste objetivo estratégico, pelo seu impacto no combate à emergência climática, no orçamento familiar da população, na coesão social e territorial do nosso concelho, etc. Dessa forma, a visão do Bloco de Esquerda é de que só podemos de facto valorizar as pessoas pensando a mobilidade e os transportes públicos da forma a que estes sirvam as suas reais necessidades, como comprova o conjunto de medidas que apresentamos a Guimarães nestas Eleições Autárquicas nesse âmbito.

É cada vez mais essencial adotar para Guimarães as várias conceções de urbanismo adaptadas à realidade do século XXI. A idealização de uma cidade sustentável, neutra em carbono e pensada para a segurança, fruição e bem-estar de toda a população mas em especial de crianças, jovens e da pessoa idosa passa por uma verdadeira reconfiguração da política de urbanismo vimaranense, que pense a cidade e o concelho como um organismo vivo, indissociável da sua população e das suas necessidades quotidianas.



O Bloco de Esquerda propõe portanto:

- A gratuitidade dos Transportes Urbanos de Guimarães (TUG) em duas fases:
2022: Emissão de Passe Gratuito, renovável anualmente, disponível para pessoas desempregadas, menores de 23 anos ou maiores de 65 anos e Estudantes da Universidade do Minho.
2024: Eliminação de custos no bilhete de transporte, alargada a toda a população residente.

Além das verbas do Orçamento de Estado e dos fundos europeus, o financiamento desta medida encontrará lugar nas verbas não utilizadas na nova concessão dos TUG (15 dos 30 milhões alocados) e do Programa PART. Esta é uma medida cada vez menos utópica e cada vez mais aplicada em cidades europeias e proposta em vários concelhos nestas Eleições Autárquicas, dando força à sua exequibilidade, que seria certamente revolucionária no que toca à utilização de transportes públicos no concelho, ao menor recurso do veículo automóvel individual, ao impacto ambiental e menor peso do transporte no orçamento familiar dos vimaranenses.

- Criação de mais linhas TUG e alargamento, territorial e horário das existentes, de forma a garantir uma verdadeira acessibilidade entre o centro urbano, a periferia do concelho e entre freguesias, que permita a deslocação pendular neste meio de transporte, que colmatem a necessidade de utilização de veículo automóvel individual no centro urbano e que garantam maior ligação à Estação ferroviária;
- Fomento das linhas BUS, vias com uso exclusivo por parte de transportes coletivos, no centro da cidade e nas principais ligações às vilas, para diminuir os tempos das viagens;
- Pressionar junto do poder central a ligação ferroviária Guimarães-Braga, urgente para limitar o congestionamento rodoviário na Estrada Nacional 101, fomentar a



coesão territorial e facilitar os movimentos pendulares de quem trabalha/estuda no concelho vizinho e vice-versa.

- A progressiva pedonalização dos centros urbanos, estudando e efetivando o progressivo fecho de circulação automóvel ou a limitação máxima de circulação de 30 km/h em várias vias, articulando com a rede TUG, vias cicláveis e a existência de parques de estacionamento dissuasores periféricos;
- Criação de uma rede municipal de bicicletas, elétricas ou não, a custos acessíveis;
- Implementação de uma política de construção de ciclovias que interliguem efetivamente o concelho, quer no centro urbano, quer na ligação centro-periferia, quer periferia-periferia, capaz de ser uma opção sustentável para a deslocação quotidiana e pendular dos munícipes;
- Reformar, a longo prazo, a via rodoviária de alta velocidade que cruza a cidade, transformando-a numa via arborizada e inclusiva, permitindo espaços/vias pedonais, cicláveis e de prioridade para transportes coletivos, interligando as várias zonas habitacionais e suprimindo as necessidades da população sem servir exclusivamente os condutores de veículo automóvel individual;
- Mapear os pontos negros de sinistralidade rodoviária para peões e ciclistas, aplicando um plano de ação para erradicar os problemas identificados, aumentando a sua segurança e acabando com os atropelamentos;
- Recuperação e manutenção do espaço público e património material, numa ótica de revitalização urbana que integre as dimensões territorial, urbanística, social e ambiental;
- A utilização de iluminação pública em todo o concelho através do recurso exclusivo a lâmpadas LED, mais económicas e com menor impacto ambiental negativo;



- Adaptação dos parques infantis e área envolvente ao conceito de "cidade amiga das crianças".
- Remoção de barreiras arquitetónicas/urbanísticas que dificultem a deslocação pedonal de pessoas com mobilidade condicionada, principalmente ao nível de passadeiras, passeios e paragens de autocarros;

III. AMBIENTE E NEUTRALIDADE CLIMÁTICA

Estamos a atravessar um período histórico para a nossa espécie. A humanidade, não só se depara com uma crise pandémica, como enfrenta uma mortífera crise climática derivada das nossas ações. De todos os recentes acontecimentos climáticos, olhemos principalmente as ondas de calor e as cheias verificadas em Guimarães. Seguramente que mais pessoas começam a fazer ideia da emergência climática em que nos encontramos.

O Bloco de Esquerda reconhece que há uma maior consciência social e política sobre este gigantesco problema, mas, corremos o risco de assim que a crise pandémica amenizar, tudo volte a atrasar e possa até haver a tentativa de que caia no esquecimento. É importante entender que esta é uma crise que afeta todo o planeta, mas foi originada pelos continentes e países industrializados, como é o nosso. Este não é um ato de contrição, é um facto e chegamos a este ponto pela poluição e pela ganância desmedida.

Portanto, temos de entender que a crise climática e os seus graves efeitos está intimamente ligada à distribuição de riqueza e poder no mundo.

Enquanto vimezanenses acreditamos que podemos ser a origem de um modelo de cidade sustentável que possa ser um exemplo de justiça climática. Mas, para isso, consideramos que precisamos de ir mais além de falsas soluções de "capitalismo verde".



Por isso, a candidatura "Guimarães para as pessoas" defende uma urgente e mais profunda política com uma proposta de Neutralidade Climática até 2030 baseada nas soluções estruturadas em 5 pontos: reduzir emissões poluentes, aumentar os sumidouros de carbono, reduzir os resíduos, garantir uma transição energética justa e capacitar os serviços municipais.

a) **Reduzir as emissões poluentes;**

Portugal é o segundo país da UE em que mais se anda de automóvel: cerca de 89% da quota do transporte de passageiros por via terrestre corresponde ao automóvel e apenas cerca de 12% ao transporte público. Os automóveis representam cerca de 17% das emissões totais de CO2 na economia. (Indústria e Ambiente nº 128, maio/ junho 2021). Deve a Câmara Municipal promover deslocações a pé, de bicicleta ou de transportes coletivos:

- Transportes urbanos gratuitos (ver "Mobilidade, Transportes e Urbanismo");
- Modernização e ampliação da frota TUG: mais autocarros de emissões zero;
- Rede de transportes coletivos mais densa, abrangente e articulada entre o centro-periferias e periferias-periferias, melhor integração modal (com comboio, bicicleta, etc.), melhor integração horária, expansão das vias BUS no concelho (ver "Mobilidade, Transportes e Urbanismo");
- Vias cicláveis que interliguem zonas residenciais e de trabalho, espaços verdes, zonas de lazer e de desporto, escolas, universidade, e estações de camionagem e de caminhos de ferro (ver "Mobilidade, Transportes e Urbanismo")
- Serviço municipal de bicicletas partilhadas (incluindo elétricas) (ver "Mobilidade, Transportes e Urbanismo");



- Passeios largos, elevação de passadeiras e remoção de barreiras arquitetónicas que impedem as pessoas com mobilidade condicionada de se deslocarem, como forma de promover a deslocação pedonal (ver “Mobilidade, Transportes e Urbanismo”);
- Transformar a longo prazo a via rodoviária de alta velocidade que cruza a cidade, transformando-a numa via arborizada e inclusiva, permitindo as deslocações a pé, de bicicleta e de transportes coletivos e interligando as várias zonas habitacionais (ver “Mobilidade, Transportes e Urbanismo”);
- Restringir o tráfego automóvel para reduzir emissões, melhorar a qualidade do ar e erradicar as mortes de peões e ciclistas por atropelamento (ver “Mobilidade, Transportes e Urbanismo”) ;
- Limitar a velocidade a 30 km/hora em todas as ruas e avenidas da cidade (ver “Mobilidade, Transportes e Urbanismo”) ;
- Pedonalizar as ruas do centro da cidade, limitando a circulação automóvel apenas a residentes (ver “Mobilidade, Transportes e Urbanismo”) ;
- Mapear os pontos negros de sinistralidade rodoviária para peões e ciclistas e aplicar um plano de ação para erradicar os problemas identificados (ver “Mobilidade, Transportes e Urbanismo”);

b) Aumentar os sumidouros de carbono

A subida no nível médio do mar e os fenómenos climáticos extremos farão parte da realidade das próximas décadas. Portugal é, na Europa, dos países com maiores riscos de erosão costeira, zonas inundáveis e áreas de risco a incêndios. A natureza protege a sociedade de vários destes riscos.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe:

- Aumento das áreas florestais municipais através de plantação de espécies autóctones em áreas degradadas e protegendo as áreas florestais existentes, contribuindo também



para aumentar os níveis de biodiversidade no concelho, articulando com o novo plano para a proteção, gestão e fomento do arvoredo urbano, um instrumento proposto pelo Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Guimarães;

- Criar novas áreas verdes em meio urbano como regulação da temperatura e da qualidade do ar;
- Desenvolver uma política de aquisição de terrenos para concretizar povoamentos com espécies arbóreas autóctones para servir de "tampão" à proliferação de monoculturas do eucalipto;
- Aumentar o sequestro de carbono dos solos, melhorando a fertilidade dos solos florestais e agrícolas do município e promovendo a transição ecológica da floresta e da agricultura no concelho;
- Apoiar a produção de composto orgânico através de bioresíduos gerados no concelho para aplicar nos solos, melhorando, assim, a sua fertilidade;
- Limitar, a nível do Plano Diretorio Municipal, as áreas de solo impermeável por Freguesia;
- Adaptação do território às alterações climáticas, através da requalificação do espaço público como zona permeável e de usufruto e sociabilização, protegendo e reabilitando as galerias ripícolas de cursos de água, protegendo os recursos hídricos e criando zonas de biodiversidade e de retenção natural da humidade como charcas e manchas florestais diversas;

c) Reduzir os resíduos

É necessária uma intervenção societal nas políticas de resíduos. Só é possível reduzir drasticamente o desperdício se o fizermos a começar na produção, com medidas de responsabilização das empresas produtoras e distribuidoras, eliminação da sobreembalagem de abandono da cultura do descartável.



Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe:

- Implementar e ampliar novos métodos de recolha, como o porta-a-porta;
- Criar zonas descentralizadas de compostagem de resíduos orgânicos, para a valorização dos resíduos orgânicos através da produção local de composto destinado à utilização nas hortas do bairro/freguesia;
- Promover uma cultura de desperdício zero nos serviços municipais;
- Criar comissões de acompanhamento das estruturas de tratamento e armazenamento de resíduos com a participação da população, de associações ambientalistas e da Universidade;

d) Garantir uma transição energética justa

Consideramos ainda neste âmbito o combate à pobreza energética como essencial. Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe:

- Instalar painéis solares fotovoltaicos nas coberturas dos edifícios do parque habitacional municipal, para a produção de eletricidade 100% limpa e destinada ao autoconsumo comunitário;
- Intervir no parque habitacional público para melhorar a eficiência energética e assegurar conforto térmico no edificado;
- Criar a entidade municipal de energia cuja principal atividade seja a comercialização de eletricidade 100% renovável e a custos controlados;
- Distribuir os excessos de produção de eletricidade dos sistemas em regime de autoconsumo comunitário;



- Nos meses de inverno, abastecer gratuitamente os agregados familiares em situação de vulnerabilidade social e económica, permitindo combater a pobreza energética no município;
- Apoiar a instalação e a gestão dos novos sistemas de produção comunitária de eletricidade nas zonas residenciais do concelho e no edificado municipal;

e) Capacitar os serviços municipais

Para prosseguir um plano e um objetivo tão ambicioso, será necessário readaptar a própria gestão camarária a esta realidade. Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe:

- Criar o pelouro da Ação Climática, para coordenar e concretizar a estratégia municipal para garantir a neutralidade climática de Guimarães até 2030, em estreita articulação com os outros pelouros municipais;
- Criar a Assembleia da Cidadania para a Ação Climática, constituída anualmente por um grupo aleatório de munícipes, para discutir a política climática municipal, proporcionando uma plataforma de participação e comunicação sobre as alterações climáticas (as deliberações da Assembleia da Cidadania para a Ação Climática serão tidas em consideração pela Assembleia Municipal e pelo executivo camarário);
- Alcançar emissões zero no setor municipal, recorrendo a fontes de energia limpa em todo o edificado, equipamentos e veículos municipais e instalando painéis solares fotovoltaicos no edificado municipal para geração de energia para autoconsumo e melhoria do isolamento térmico e eficiência energética dos edifícios;
- Capacitar a administração local para a Ação Climática, disponibilizando formação profissional, geral e específica, para as trabalhadoras e trabalhadores municipais de forma a melhorar as competências relativas à ação climática, incluindo o impacto climático em todos os planos municipais, garantindo contratos e aquisição de bens ecologicamente equilibrados no setor municipal, privilegiando circuitos curtos de produção-consumo e



métodos sustentáveis de produção e exigindo informação sobre a pegada carbónica de produtos e serviços aos grandes fornecedores camarários;

IV. POLÍTICA DE COMBATE AO BULLYING E DISCRIMINAÇÃO

O Bloco de Esquerda manifesta-se contra uma cidade intolerante, autoritária e securitária. A emancipação e a total libertação da população só acontecerá através da educação e do empoderamento social. Por isso, defendemos um reforço das políticas de prevenção e sensibilização para a violência doméstica, LGBTQIA+fobia, bullying e cyberbullying.

a) Combate ao bullying e cyberbullying:

É urgente haver uma maior consciencialização dos agressores, "bullies", - e não apenas o acompanhamento das vítimas, como tem sido feito - de forma a que estes entendam o porquê do comportamento que têm e as consequências que este traz à(s) vítima(s).

À falta de uma estratégia nacional de prevenção e combate ao bullying e cyberbullying, compete-nos promover a criação e desenvolvimento de estratégias municipais. Prevenir e combater os comportamentos de bullying e cyberbullying deve ser um trabalho diário e permanente em todas as escolas e, cada vez mais, noutros contextos, envolvendo não só todos os membros da comunidade educativa, mas também as autarquias e outras forças da sociedade civil.

A prevenção, intervenção e combate ao bullying e cyberbullying não pode continuar a ser vista como algo esporádico e limitado no tempo, realizado apenas em contexto escolar e mediante projetos avulsos sem continuidade temporal e dependente de financiamento comunitário. De facto, a investigação mostra que os índices de bullying baixam substancialmente se existir uma visão sistémica e holística do fenómeno, materializando-



se em iniciativas realizadas ao longo do ano e onde exista um compromisso e envolvimento proativo de toda a comunidade.

Portanto, o Bloco de Esquerda defende a urgente criação e desenvolvimento de Estratégias Municipais de Prevenção e Combate ao Bullying e Cyberbullying que se materializem nas seguintes medidas, entre outras:

- Criação de equipas multidisciplinares de elaboração, implementação e acompanhamento da Estratégia;
- Criação de um Observatório Municipal do Bullying e Cyberbullying;
- Promoção e incentivo à investigação sobre o bullying e cyberbullying;
- Adoção de uma definição clara de bullying e cyberbullying a nível municipal;
- Diagnóstico dos índices de bullying e cyberbullying a nível concelhio e em cada escola/agrupamento de escolas;
- Apoio e incentivo à adoção de programas de prevenção, identificação, intervenção e combate ao bullying e ao cyberbullying em contexto escolar e comunitário;
- Oferta de programas de formação de curta, média e longa duração em relação a esta temática;
- Criação do Dia Municipal de Prevenção e Combate ao Bullying e ao Cyberbullying (20 de Outubro);
- Criação, gestão e divulgação de uma linha municipal de aconselhamento para casos de bullying e cyberbullying;
- Apoiar e incentivar a criação de manuais de boas-vindas nas escolas e agrupamentos de escolas do Município;



- Adoção de formulário de denúncia para casos de bullying e cyberbullying;
- Apoiar a implementação de políticas e códigos de conduta e procedimentos sobre como lidar com o bullying e o cyberbullying;

b) Erradicar a violência de género e a LGBTQfobia

A política local desempenha um importante papel na promoção da igualdade. A desigualdade de género que se manifesta em aspetos sociais, culturais, políticos e económicos tem uma das suas marcas mais profundas na violência doméstica como o crime que mais mata no nosso país. As pessoas LGBTQIA+ também são afetadas por muitas desigualdades, nomeadamente no reconhecimento das suas identidades ou na necessidade de apoio social em casos como o da exclusão familiar e laboral que frequentemente afeta as pessoas trans.

Compete às Câmaras Municipais assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente, através da adoção de Planos Municipais para a Igualdade.

Atualmente apenas 97 municípios elaboraram os seus Planos Municipais para a Igualdade. Estes planos municipais para a Igualdade pretendem ser instrumentos de planeamento de políticas públicas locais que combatam assimetrias de género e fixam indicadores e metas a alcançar.

Não existindo ainda dados oficiais quanto ao ano de 2020, onde se prevê um agravamento da violência doméstica uma vez que os casais estão confinados em casa, os dados de 2019 demonstram, de forma muito clara, um aumento nas participações registadas pelas forças de segurança e no número de homicídios, conforme o Relatório de Segurança Interna e os dados recolhidos pelo Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR.



De salientar que o número de participações junto da PSP e GNR passou de 26.438 (ano 2018) para 29.473 (ano 2019). E o número de femicídios passou de 24 (2018) para 27 (2019).

Como vem sendo denunciado pelas associações e movimentos feministas, e em ações de luta como a Greve Feminista Internacional de 8 de março, a desigualdade de género manifesta-se também numa maior carga de trabalho doméstico imposta às mulheres. No total, a média de trabalho doméstico não remunerado acarreta um acréscimo de 4h23m de trabalho diário para as mulheres e de 2h38m para os homens. Relativamente à diferença salarial entre homens e mulheres, a mesma era de 16,3% em 2018.

Assim, o Bloco de Esquerda compromete-se a:

- Defender a implementação dos Planos Municipais para a Igualdade, a criação de gabinetes municipais de atendimento, apoio e encaminhamento das vítimas de violência doméstica;
- Propor o desenvolvimento de campanhas de sensibilização e informação para o combate à violência contra as mulheres;
- Pugnar pela adesão do município à Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica. Os maiores entraves à autonomização das vítimas de violência doméstica, especialmente para as que saem de casas-abrigo prende-se com a dificuldade no emprego e na habitação. As autarquias têm a responsabilidade de responder a essa necessidade com apoio à formação profissional e à procura de emprego e através da inclusão das vítimas de violência doméstica nas prioridades de atribuição de fogos de habitação municipal ou da disponibilização de outros fogos para arrendamento a custos controlados;
- Assinalar os dias internacionais e nacionais que promovem a igualdade de direitos e combatem discriminações (8 de março, 25 de novembro, 21 de março, 17 de maio, entre outros);



- Promover a criação de Gabinetes Municipais para a Igualdade, que sejam espaços de informação (sobre direitos individuais, sociais e laborais, saúde, educação, cultura, programas de apoio,) e de promoção de iniciativas relacionadas com a igualdade de género e o combate às discriminações;
- Defender uma política de urbanismo que cumpra as regras da acessibilidade inclusiva e promova um espaço público confortável e mais seguro, melhorando a iluminação pública e privilegiando um policiamento de proximidade, em alternativa ao modelo da videovigilância;
- Promover a elaboração e/ou atualização dos planos municipais LGBTI+ com a definição de estratégias e identificação de necessidades e dificuldades, apontando para as respostas específicas e adaptadas em várias áreas como a saúde, a violência, o contexto escolar, o desporto, a empregabilidade, a cultura, a interculturalidade e o espaço público. Assim, pode ser proposta a criação de um gabinete municipal LGBTI+ com disponibilidade de atendimento nas áreas de violência e discriminação, empregabilidade, saúde e apoio integral para pessoas trans;
- Defender a celebração do dia internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, no dia 17 de maio, por forma a dar visibilidade à comunidade e suas questões. Deve ainda ser dado apoio à celebração de marchas LGBTQIA+;
- Promover o município como uma Zona de Liberdade LGBTQIA+, através de políticas públicas promotoras de direitos, e da sua valorização como um espaço de proteção contra as violações dos direitos LGBTQIA+ e de formação e capacitação dos funcionários para resolução de problemas relacionados com a discriminação das pessoas LGBTQIA+.

c) Vencer o racismo e a xenofobia

Um estudo do European Social Survey revelou que mais de 62% dos portugueses manifestam alguma forma de racismo. A isto, acresce-se a existência de manifestações de racismo e de xenofobia, estruturalmente enraizadas nas instituições e na sociedade, que



levam à discriminação das pessoas afrodescendentes, ciganas e de outras comunidades racializadas. Estas pessoas são empurradas para a periferia dos centros urbanos, sendo alvo de processos de segregação social:

- Criminalização do território em que vivem, com a estigmatização como bairros problemáticos e sujeitos a um permanente estado de exceção.
- Precariedade habitacional.
- Dificuldade de acesso a serviços públicos de qualidade, como transportes ou saúde, entre outros.
- Nas escolas existem maiores taxas de retenção e, por vezes, segregação em turmas racializadas.
- Precariedade laboral, o desemprego, a sub-representação em profissões qualificadas e a sobre representação em profissões menos valorizadas socialmente.

Para o combate ao racismo e xenofobia, vamos promover:

- A elaboração e atualização dos planos municipais para a integração de migrantes e de combate à discriminação, com a definição de estratégias e identificação de necessidades e dificuldades, apontando para as respostas específicas e adaptadas nas diversas áreas como a violência, o contexto escolar, a empregabilidade e a promoção de aquisição de habitação condigna;
- A formação e contratação de mediadoras e mediadores escolares oriundos das classes racializadas mais representadas localmente;
- O fim das turmas e escolas segregadas e do desproporcional encaminhamento de alunos e alunas destas comunidades para as vias profissionalizantes;
- A divulgação das medidas de combate ao racismo e à xenofobia através de jornadas e formações, difundindo um conhecimento mais completo e rigoroso da história do país;
- Elaboração de um Programa Municipal de Acolhimento e Integração de Migrantes e Refugiados, com a participação de entidades da sociedade civil e organizações



representativas das pessoas refugiadas e comunidades imigrantes, com vista ao acolhimento e integração eficaz destas comunidades;

- Apoio aos projetos de ensino bilingue e de integração de comunidades migrantes no seio das Escolas, garantindo também uma oferta contínua do ensino do Português enquanto língua de acolhimento, com diferentes níveis e que permita uma aprendizagem da língua portuguesa em ambiente formal desde o início da permanência em Portugal para pessoas migrantes e refugiadas;

- Formação dos técnicos da segurança social, das finanças e das autarquias locais sobre temas relacionados com as migrações e com a atuação necessária nesse tipo de casos;

d) O Desporto enquanto aliado contra a discriminação;

O Desporto, pela sua popularidade e centralidade na vida do concelho, deve ser um aliado estratégico nesta luta contra o preconceito e discriminação, aliando a promoção de um estilo de vida saudável com a valorização do respeito, inclusão e tolerância, sendo um meio de integração de grupos infoexcluídos e marginalizados da sociedade:

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe:

- Apoio à criação de equipas de modalidades femininas e mistas por parte dos clubes e coletividades desportivas do concelho;
- Campanhas de sensibilização contra o racismo, xenofobia, machismo, LGBTQIA+fobia, etc, em articulação com os clubes e coletividades desportivas vimaranenses;
- Promoção do desporto paralímpico, apoiando estes atletas e equipas, em articulação com as Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita e Departamentos de Educação Inclusiva de cada Escola/Agrupamento;



V. ECONOMIA, AÇÃO SOCIAL E EMPREGO

a) Criar Emprego com Direitos

Esta fase pandémica agravou muitas fragilidades já existentes da nossa população: a recuperação económica e social será uma dura e exigente realidade deste mandato autárquico. É necessário que o poder local esteja preparado para a gestão, canalização e aplicação de forma eficiente, justa e rigorosa das verbas recebidas no âmbito do Plano de Resolução e Resiliência, mas também concentrado na resolução de muitos problemas que já se verificavam antes da fase pandémica: Guimarães apresenta a maior taxa de desemprego da região Minho, acima da média nacional segundo os últimos dados e um rendimento médio manifestamente inferior à média nacional também.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe:

- Programa de incentivos fiscais a Micro, Pequenas e Médias Empresas mediante o cumprimento de um conjunto de requisitos a nível de impacto ambiental e proteção dos direitos laborais dos/das seus/suas trabalhadores/as;
- Apoio à contratação, sob regime de contrato de trabalho a tempo indeterminado, de pessoas até aos 25 anos e acima dos 50, como forma de mitigar o desemprego, atualmente em níveis dramáticos, nestas faixas etárias;
- Impedir o recurso, por parte da autarquia/empresas municipais/equipamentos públicos com apoio do município, à externalização de serviços, subcontratação de trabalhadores e a celebração de negócios/parcerias com entidades empresariais que apresentem nos seus quadros trabalhadores/as precários/as ou com manifesto impacto ambiental negativo para a comunidade;



- Proteção do comércio local e dos pequenos comerciantes, através de benefícios fiscais e impedindo o licenciamento de grandes superfícies comerciais na área do centro urbano;
- Programa de incentivo à contratação de recém-graduados na Universidade do Minho por parte de empresas do concelho, promovendo a fixação de jovens e a sua entrada no mercado de trabalho e a inovação no tecido empresarial;
- Incentivo, através da canalização de fundos europeus, de projetos que promovam a economia circular e economia verde, como a produção agrícola biológica, etc.;

b) **Apoiar quem mais precisa**

O município necessita de estar dotado de uma resposta pronta, adequada e eficaz aos problemas sociais e económicos da sua população. O combate à pobreza e exclusão social é uma bandeira do Bloco de Esquerda e também a nível local, no concelho de Guimarães, é necessário garantir uma voz pela permanente defesa de quem menos tem e mais sofre, não apenas numa lógica de assistência social mas também de auto emancipação, principalmente numa fase pós-pandémica de agravamento de muitos dos problemas de pobreza, falta de rendimentos, desemprego, etc. já existentes.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe:

- Apoio alimentar às famílias que necessitem, especialmente pessoas idosas, jovens e pessoas em situação de sem abrigo, através de um serviço de entregas municipal articulado e com os pequenos negócios e o setor da restauração, incentivando também a retoma destas empresas;
- Apoio de emergência para as vítimas de violência de género;
- Criação de um Albergue de Emergência para pessoas em situação de sem abrigo, em articulação com Equipas de Rua, que respondam da melhor forma às situações



de desalojamento, monitorizadas com uma equipa de assistentes sociais, sociólogos e psicólogos;

- Estabelecimento de um Fundo de Resposta à Pobreza, dotado com orçamento camarário para garantir uma canalização de recursos para agregados familiares com dificuldades a nível financeiro e suprimindo as suas necessidades a nível de bens e serviços;
- Criação de uma Equipa Municipal de Inclusão Social, que garanta um acompanhamento/apoio à integração de pessoas socialmente excluídas, especialmente migrantes, toxicodependentes, ex-reclusos, pessoas em saída de internamentos, pessoas em situação de sem abrigo ou pobreza e trabalhadores/as do sexo, facilitando o seu acesso aos apoios sociais, emprego, educação e cuidados de saúde;

VI. SAÚDE

A pandemia provou a necessidade da existência de políticas públicas de saúde, da proteção do Serviço Nacional de Saúde e de uma consciência coletiva em relação à essencialidade do investimento público na área da saúde. Também o município tem um papel fulcral a nível de política pública de saúde, mitigando a nível local as carências sanitárias e fortalecendo a resposta pública aos problemas de saúde da população, numa ótica de proteção do bem-estar e qualidade de vida da população.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe:

- Desenvolvimento de programas municipais de Saúde Oral nas escolas em parceria com a saúde escolar dos Centros de Saúde e programas comunitários;



- Criação do Plano Municipal de Saúde Mental, que delineie estratégias a nível local para o combate ao flagelo da doença mental, em articulação com especialistas na área, incidindo especificamente no meio escolar / Ensino Superior, trabalhadores em *burnout*, vítimas de violência e discriminação, etc.;
- Contratação de "técnicos de apoio individual" para pessoas com doença mental em articulação com o Serviço Nacional de Saúde;
- Apoiar programas de saúde sexual e reprodutiva de proximidade em escolas básicas e secundárias;
- Combate à pobreza menstrual através da disponibilização de produtos de higiene menstrual nas escolas de 2.º, 3.º ciclo e secundário, em articulação com as comunidades escolares e em contexto de educação sexual;
- Campanhas para o aumento da literacia em saúde e literacia de acesso ao Serviço Nacional de Saúde, através de sessões descentralizadas, fora do centro urbano e em articulação com as Juntas de Freguesia;
- Apoiar a fixação de médicos de família e enfermeiros nos serviços do SNS no concelho;
- Criação de um programa municipal de apoio aos cuidadores informais principais e secundários;
- Abertura de um Centro de Combate ao Alcoolismo, preparado para receber pessoas com problemas a esse nível, com identificação de consumos de risco/dependência e encaminhamento célere para cuidados de saúde, além de coordenar um Programa Municipal de Combate ao Alcoolismo, em articulação com a sociedade civil;



VII. ARTE E CULTURA

A Arte e a Cultura são essenciais à nossa humanização e devem ser acessíveis, pelo que é importante a sua descentralização, contando com programação e atividade cultural em todas as freguesias, e políticas públicas que garantam uma maior adesão da população vimaranense aos espetáculos e equipamentos culturais do concelho.

O Bloco de Esquerda entende ainda que a Capital Europeia da Cultura deixou um enorme capital de confiança e de mérito, mas, esse resultado não foi só da autarquia, mas também das associações e da população do concelho. É o associativismo que temos de continuar a apoiar, investir e proteger. Por isso é vital emancipar os trabalhadores da cultura e as suas associações, como forma de desmonopolizar a cultura da esfera municipal.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe:

- Apoio emergencial aos artistas, técnicos e trabalhadores informais afetados pelo impacto da pandemia;
- Criação de uma Feira do Livro que seja uma referência a nível regional quanto à sua dimensão, dinamização, diversidade e impacto na promoção da leitura, com participação e presença de pequenos editores;
- Criação de um festival de música alternativa de grande dimensão, em articulação com promotoras musicais/culturais;
- Promoção de bolsas de criação artística e de residências artísticas, de curta, média e longa duração, promovendo a fixação de artistas/criadores culturais de diferentes regiões/países no concelho;
- Reforço do programa Impacta e Excentricidades;



- Definição de um circuito cultural que envolva todas as Freguesias, constituído pelo património natural/cultural e espetáculos/atividades culturais mais relevantes de cada uma delas, como forma de promover a coesão do território, a descentralização da Cultura e o trabalho dos/das artistas locais, assegurando que há transportes públicos de ligação entre esse circuito;
- Criação do Museu Virgínia Moura na União de Freguesias de Conde e Gandarela;
- Promoção de Workshops de colaboração artística;
- Criação do programa Génesis dotando todas as escolas do terceiro ciclo e secundário de uma sala de ensaios equipada com os instrumentos necessários à promoção e produção musical e artística nas escolas;
- Estabelecimento de um programa de cedência – gratuita ou com renda acessível – de espaços versáteis, a autores para a criação artística nas diferentes áreas;
- Apoio na organização, apresentação e/ou exposição pública de obras de arte, nomeadamente através da disponibilização de espaços adequados nos equipamentos culturais do Município;
- Reorganização da Biblioteca e Arquivo Municipal, capacitando-os para um reforço do seu espólio;
- Programa de apoio financeiro às Associações e coletivos culturais, como forma de descentralizar a canalização de verbas para as Agências Culturais Municipais e a gestão do equipamento cultural municipal, através de uma Comissão de Avaliação e de Seleção, composta por personalidades independentes do meio cultural local ou da Região Norte, seguindo padrões de transparência e valorizando os projetos com impacto positivo para a comunidade;



VIII. EDUCAÇÃO

A aposta na Educação é crucial para o Bloco de Esquerda - construir um futuro de prosperidade, bem-estar e justiça para Guimarães só é possível através de um investimento público robusto, a nível central mas também local, na Educação Pública, acessível a todos e todas enquanto garante da criação de oportunidades e de inclusão social para muitas crianças e jovens desfavorecidas. Precisamos de revitalizar as nossas escolas a vários níveis, através de um maior apoio camarário e garantindo uma política municipal para a defesa da Escola Pública.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe:

- Garantir a contratação e alocação de mais psicólogos nos estabelecimentos de Ensino efetivando um apoio constante ao nível da saúde mental a nível juvenil e escolar;
- Reforçar a contratação de assistentes de Educação Inclusiva, especializados para auxiliar na integração em meio escolar de crianças/jovens com necessidades educativas especiais;
- Reforço dos meios e do reconhecimento do ensino artístico;
- Criação de uma Rede de Transporte Escolar exclusivamente destinada aos alunos dos diversos graus de ensino, mas em especial para a Educação Pré-Escolar e Ensino Básico, com todas as condições de segurança rodoviária, com horário adequado e com acompanhamento dos alunos por assistentes operacionais dos Agrupamentos de Escolas. Esse transporte deve gozar de um estatuto de transporte público com corredor de circulação conjunto com o do transporte colectivo urbano;
- A adequação permanente dos recursos humanos – assistentes operacionais – às necessidades das Escolas e/ou Agrupamentos de Escolas em que cabe ao Município a gestão desses recursos;



- Aumento da oferta pública de jardins-de-infância / creches no concelho;
- Reativar as cozinhas escolares, continuando a oferecer dietas aconselhadas por nutricionistas, dando no entanto preferências aos produtos locais e biológicos e garantindo opção vegan nas Ementas;
- Abordagem à história local e sua relação com a história nacional, a nível curricular, no quadro das AECs e no âmbito das disciplinas de Oferta de Escola e, logo que seja legalmente possível, deverá ser integrada no plano de estudos dos vários anos dos diversos graus de ensino;
- Promoção de uma análise profunda, feita por especialistas na área da educação, das razões da elevada taxa de retenção dos alunos do Ensino Secundário e da baixa taxa de conclusão do 12º ano de escolaridade no nosso concelho;
- Reforço da diversificação da oferta de ensino profissional e da sua adequação às necessidades do mercado local de emprego. Para a prossecução desse objectivo estratégico para os jovens do nosso concelho, propomos o reforço da posição negocial do concelho na definição da sua rede de oferta com o Ministério da Educação e com a Comunidade Intermunicipal do Ave (CIM do Ave);
- Reforçar a oferta da educação de adultos por forma a existir uma maior taxa de certificação escolar no concelho.
- Fortalecer a parceria estratégica com a Universidade do Minho;



IX. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E COESÃO TERRITORIAL

A visão do Bloco de Esquerda para o concelho há muito que passa por uma administração pública municipal democrática, desburocratizada e desconcentrada com vista a não só facilitar a vida das populações, respeitando todas as Freguesias, valorizando a diversidade e a centralidade das vilas do concelho para a vida social, económica e política de Guimarães, como também evitando a sobrecarga de veículos automóveis no centro da cidade, contribuindo assim para a diminuição das deslocações ao centro da cidade e, conseqüentemente, dos níveis da poluição do ar e do ruído, redução dos custos dos pedidos administrativos, pois evitaria deslocações e faltas ao trabalho e permitiria, ainda, a cada munícipe obter na sua freguesia, ou em freguesia mais próxima, o que precisa dos serviços camarários.

É também uma medida pela transparência, um instrumento indispensável para combater a corrupção na administração pública local, simplificando os procedimentos administrativos e aproximando os serviços das pessoas e da sua realidade, permitindo um maior escrutínio da atividade administrativa e dos seus agentes.

Para fomentarmos o desenvolvimento sustentável de Guimarães, sob o ponto de vista cultural, social e económico, é necessário garantir coesão territorial e social, evitando que as já sentidas assimetrias não se agudizem de forma ainda mais acentuada. Essa coesão, só será efetiva, se sob o ponto de vista institucional, também se reconhecer um papel vital às Juntas de Freguesias que, pela sua proximidade com as pessoas, são as entidades mais preparadas para contribuírem para essa coesão e com ela para o bem-estar e felicidade dos munícipes.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe:

- Limitar ao mínimo indispensável o recurso ao ajuste direto, privilegiando o concurso público para recrutamento de pessoal e aquisição de bens e serviços,



dotado de painéis de júris rigorosamente imparciais e com abertura e controlo pelos candidatos de toda a tramitação concursal;

- Criação do Portal da Transparência, um site do município onde sejam divulgados todos os movimentos financeiros da autarquia;
- Designação de um Provedor do Município e instalação dos respetivos serviços;
- Fiscalizar com maior regularidade e eficácia a gestão e os procedimentos administrativos nos serviços da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia, bem como das empresas públicas municipais com vista a combater o compadrio e o favoritismo na oferta de emprego nesses serviços e empresas, a facilitação ilegal de procedimentos e a corrupção;
- Exigir, no âmbito da administração aberta, a consulta dos documentos e processos sem outras restrições que não sejam as consagradas na lei e a resposta atempada e juridicamente fundamentada às questões colocadas aos dirigentes políticos (Presidente da CM e Vereadores com ou sem pelouros) e técnicos dos serviços e das empresas municipais;
- Sempre que seja legalmente possível e se enquadre nos poderes próprios dos órgãos municipais, promover a desburocratização, através da simplificação dos procedimentos e da instituição de um modelo de relacionamento entre os funcionários municipais e os munícipes que facilite a tramitação dos pedidos e o acesso sem outras restrições que não sejam as legalmente consagradas, aos documentos e processos administrativos do interesse pessoal do munícipe que pretenda consultá-los;
- Desconcentração de serviços, nomeadamente os relacionados com pedidos de licenças, alvarás e certidões, defendendo a localização nas Juntas das Freguesias "âncoras" (Moreira de Cónegos, Pevidém, São Torcato e Taipas), que pela dimensão do seu território e pela sua população e importância social que lhes é reconhecida comunitariamente, reúnem as condições para prestar esses serviços às suas



populações e às das freguesias limítrofes, de setores de serviços camarários relacionados particularmente com a receção, entrega e consulta de documentos, com a obtenção de informação sobre procedimentos, com o apoio a idosos e portadores de deficiência, estudando posteriormente no balanço da aplicação desta medida a progressiva extensão de parte ou de todos esses serviços para um número alargado de freguesias;

- Aplicação de uma Estratégia Municipal de Combate à Corrupção, atuando em especial nos serviços técnicos, eliminado o favoritismo nos serviços administrativos e no recrutamento de pessoal, servindo-se, para o efeito, de todos os instrumentos legais, designadamente a desconcentração dos serviços, a desburocratização dos procedimentos para o combate à corrupção e o concurso público com júris rigorosamente escolhidos e com o controlo pelos candidatos da tramitação concursal;
- Aumento da fiscalização e controlo rigoroso da gestão das empresas municipais;
- Avançar com a adequada informatização e digitalização de todas as Juntas de Freguesia e com a ligação à rede informática municipal.
- Defesa de um novo modelo de financiamento das Juntas de Freguesia com vista a eliminar favoritismos político-partidários, apoiando projetos das Juntas que promovam o bem-estar e a felicidade das populações, com um impacto comunitário positivo;
- Fomentar, através de apoio técnico e jurídico, a cooperação entre Juntas vizinhas, com vista à criação e gestão conjunta de equipamentos e serviços sociais/culturais/desportivos, mitigando custos;
- Uma reorganização da mobilidade, nomeadamente na dimensão dos transportes públicos colectivos e vias de comunicação, com vista a permitir um fortalecer da relação vicinal entre Juntas e entre as Juntas e o centro urbano;



- Apoio, no âmbito dos programas existentes ou que vierem a ser elaborados, de atividades económicas e culturais vicinais, que beneficiem diretamente um conjunto de Freguesias;
- Melhoria das redes de saneamento e água e instalação nas freguesias que dela careçam, nomeadamente através da atempada conservação e reparação das infraestruturas;
- Transferência faseada e progressiva para as Juntas de Freguesia da gestão de ações sociais conjuntamente com os meios financeiros necessários para os assegurar, tendo em conta a dimensão territorial e populacional, sempre que a natureza do serviço ou atividade e a proximidade se revelem ser condições de eficácia da prestação do serviço ou realização da atividade;
- Capacitação das Juntas e apoio para elaboração de candidaturas a fundos europeus destinados às Freguesias, promovendo a cooperação entre Juntas territorialmente vizinhas para a realização de projectos de interesse comum, decisiva para a obtenção desses mesmos fundos;
- Fortalecer a participação das Juntas na conceção e realização de projetos para aquisição de equipamentos, instalação de serviços, construção de infraestruturas, bem como na programação de actividades culturais e desportivas.

X. BEM-ESTAR ANIMAL

A política de bem-estar animal entrou, justamente, no centro das preocupações da sociedade civil. Muito graças à ação a nível nacional do Bloco de Esquerda, importantes avanços foram efetivados nesta área, criando uma verdadeira consciencialização em



relação à necessidade de medidas concretas de proteção animal, perante tantos casos de violência, abuso e abandono.

Uma comunidade, um concelho ou uma cidade equilibrada, que funcione na ótica do desenvolvimento sustentável, tem também que pensar o equilíbrio com a Natureza, quer do ponto de vista ambiental e de combate à emergência climática quer no ponto de vista animal, garantindo direitos e um cuidado especial a todas as espécies, especialmente pensando a cidade como espaço de fruição das pessoas mas também dos animais de companhia. É necessária também uma resposta eficaz ao problema dos animais errantes, com a proteção do animal como objetivo central e tornar Guimarães um concelho livre de violência, abuso e abandono animal.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe:

- Um serviço municipal veterinário, que torne os cuidados veterinários e a esterilização animal acessíveis a toda a população e à própria autarquia para o cuidado de animais errantes;
- Facilitar a adoção animal, articulando a sociedade civil e o Centro de Recolha Oficial (CRO);
- Criação do Regulamento de Proteção Animal, para estabelecer os deveres das autarquias e dos municípios nesta área;
- Não autorizar o licenciamento de espetáculos com animais nem a atribuição de qualquer tipo de apoio - direto ou indireto - a esses espetáculos;
- Criação da Provedoria do Animal, que apoie os municípios e que seja dotada de meios financeiros e técnicos para a efetiva progressão das políticas de bem-estar animal e respeito pelo já citado Regulamento de Proteção Animal;
- Reforçar a importância da existência de parques animais em jardins/parques públicos;



- Promoção e apoio de "santuários de animais" onde exista especial incidência de animais abandonados e maltratados;
- Inclusão das estruturas de albergue de grande número de animais nos planos de emergência municipal para situações de eventual necessidade de socorro em caso de desastre ou catástrofe;
- Alargamento do CRO, dotando-o de real capacidade de resposta para as necessidades do concelho, aumentando o seu horário de atendimento ao público e equipando-o com sala de cirurgia e respetivos equipamentos veterinários;
- Promoção de programas de Intervenções Assistidas por Animais (por exemplo, Hipoterapia);
- Criação de uma rede de pombais contraceptivos para controlar a população de pombos;

XI. ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Assembleia Municipal, órgão deliberativo por excelência, é um símbolo da vitalidade democrática, cívica e política vimaranense. O Bloco de Esquerda posiciona-se por uma efetiva valorização do papel da Assembleia Municipal na gestão autárquica, defendendo alterações ao seu Regimento e comprometendo-se a que os/as seus representantes no Órgão adotem uma política de escrutínio, abertura e envolvência da comunidade no seu trabalho autárquico. Acreditamos que apenas com uma política de contínua auscultação e proximidade direta com a população podemos definir as opções políticas tendo como base e eixo fundamental o interesse dos cidadãos e cidadãs.



Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe:

- Limitação da Ordem de Trabalhos de cada sessão da Assembleia Municipal, encurtando a duração das mesmas e aumentando a sua frequência, como forma de promover mais eficazmente a análise de cada tema e aumentar o interesse da sociedade civil pelas sessões;
- Instalação das comissões especializadas cada pelouro, para garantir acompanhamento regular da atividade do Presidente e Vereadores/as;
- Reforço da divulgação, especialmente a nível de redes sociais, de cada sessão da Assembleia Municipal;
- Promover a participação de Estudantes do Ensino Secundário nas sessões, em articulação com as Escolas;
- Realizar, através dos/das representantes do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal, sessões de auscultação/esclarecimento descentralizadas nas Freguesias do concelho;
- Criação de um Portal da Assembleia Municipal próprio, de acesso livre e simples a todos os documentos em análise e discussão nas sessões e às gravações de cada sessão da Assembleia. Este portal permitiria também a transmissão em direto das sessões.



CONTACTA-NOS

Email

blocodeguimarães@gmail.com

Morada

Rua Ferreira de Castro, 709A, 4800-040 Guimarães

ACOMPANHA A CAMPANHA

Site Concelhio

<https://guimaraes.bloco.org/>

Redes Sociais

<https://facebook.com/GuimaraesParaAsPessoas>

<https://www.facebook.com/guimaraes.bloco/>

<https://www.instagram.com/bloco.guimaraes/>